



RELATÓRIO DO IX CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DA ASCEMA NACIONAL 2018

PRIMEIRO DIA: 22 DE MAIO DE 2018

I. ABERTURA

Composição da mesa: Nicélio Acácio da Silva (Presidente da Ascema Nacional), Francisco Míssias da Conceição Lopes (Diretor da Ascema Nacional - IBAMA), Jonas Correia (Presidente Asibama DF), Sérgio Ronaldo (Condsef), Alex Bernal (Presidente do Assemma) e José Mário Amaral - RS (Presidente da Mesa de abertura).

No dia 22 do mês de maio de 2018, às 14 horas, no Auditório do Instituto Bíblico de Brasília – IBB (SGAN Quadra 601, Modelo F, Asa Norte, Brasília-DF), deu-se início à abertura solene do IX Congresso da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA – ASCEMA NACIONAL. José Mário (RS), presidindo os trabalhos, ao compor a mesa, passou a palavra ao presidente da Ascema Nacional, sr. Nicélio Acácio, falou sobre a importância de todas as entidades participarem de forma efetiva do Congresso, citando a necessidade de fortalecimento da categoria face aos ataques do Governo Federal em relação aos desmontes da área ambiental.

O Sr. Francisco Missias, apresentou a diretoria da qual fazia parte, como transitória. Estabelecendo uma ponte entre os anos 2017 a 2018, ressaltou, como objetivo principal do Congresso, a definição de propostas e planos de lutas que possam apresentar resultados positivos para a carreira. Destacou a importância da união e do fortalecimento entre os servidores e a sociedade, pois sempre vão ocorrer ataques à carreira e a legislação ambiental.

José Mário, informou que os presidentes do Ibama e do ICMBio foram convidados para a abertura do Congresso, entretanto apesar de não estarem presentes no momento, haviam confirmado a presença na posse da nova diretoria.

Passou então, a palavra para o Alex Bernal, presidente da Assemma. Alex Bernal agradeceu a

presença de todos e reiterou o discurso do fortalecimento do Congresso frente aos ataques de setores econômicos no País. Segundo Alex, é fundamental que os representantes que se dispuserem a compor a nova diretoria tenham apoio de toda a categoria para poder levar a luta adiante.

O Presidente da Asibama – DF, Jonas Corrêa, citou a participação da área ambiental na luta contra o golpe parlamentar em 2016. Mencionou, ainda problemas enfrentados com o loteamento de cargos, a falta de recursos e o aparelhamento das instituições por interesses político-partidários.

Sérgio Ronaldo (Condsef) expôs a dificuldade que a entidade tem tido diante da conjuntura política desfavorável para a classe dos trabalhadores. Citou que a Confederação realizou alguns ajustes dentro do Estatuto e que chegaram a resoluções importantes na área ambiental. Reafirmou ainda, a disposição da Condsef para unificar a luta em defesa do serviço público de qualidade e finalizou o discurso divulgando uma atividade no dia 07 de maio de 2018 junto ao Ministério do Planejamento para cobrar o cumprimento dos acordos que foram assinados.

II. REGIMENTO INTERNO

Para a discussão do Regimento Interno, foi composta uma nova mesa presidida por José Mário (RS) com apoio de Liliana Lincka (RN) e Dezidéria Nery (PI). O presidente iniciou a leitura do Regimento Interno. Entretanto, por sugestão de alguns delegados, foram discutidos inicialmente, os recursos apresentados por entidades que tiveram apontadas algumas irregularidades na documentação encaminhada para participação no Congresso como delegados.

Após discussão e deliberação acerca dos recursos, foi realizada, na íntegra, a leitura do Regimento Interno do VIII Congresso da Ascema Nacional (anexo) e apresentados os destaques. Após as alterações sugeridas e aprovadas pela Plenária, o regimento foi aprovado.

III. INFORMES DOS ESTADOS



Permaneceu a mesa anterior e na sequência cada representante das Entidades estaduais teve a palavra para dar os informes de seu Estado.

DISTRITO FEDERAL - (Assemma / MMA) – O primeiro ponto abordado foi o código de conduta ética, um desdobramento do código geral dos servidores públicos, que apresenta inúmeras restrições à atuação dos servidores. Informou sobre a realização do Fórum Alternativo Mundial da Água – Fama, que mobilizou servidores, dialogando com vários segmentos da sociedade, como comunidades tradicionais, indígenas e outras associações, fortalecendo o tema água. Informou ainda, sobre a realização de um levantamento de funcionários “fantasmas” no Ministério do Meio Ambiente. Por fim, o representante da Assemma convidou os servidores para o Congresso da Assemma no dia 7 de Junho/18, para a definição das prioridades na área ambiental.

TOCANTINS – O representante deste Estado reiterou a urgência de realização concurso público. Informou que a Associação conseguiu colocar a contabilidade em ordem e que a atual diretoria se reelegeu para mais dois anos. Foi acertado com o Ministério do Planejamento o desconto em folha e que estão sendo realizados pelo Banco do Brasil, mas alguns impasses têm ocorrido pelo fato de alguns associados possuírem conta em outros bancos. Foi realizado convênio com dois postos, para descontos na gasolina além de parceria com lava jato e duas escolas de inglês. Atualmente, estão tentando um convênio para desconto em consultas médicas. Muitos servidores estão se aposentando e saindo da Associação, o que tem se tornado um problema.

RONDÔNIA – A Associação de Rondônia tem 160 associados, sendo a maioria, servidores aposentados quem a mantêm. A entidade tem enfrentado dificuldade para fazer novos associados. No mês de abril contataram servidores do Serviço Florestal Brasileiro e do ICMBio, na expectativa de ampliar o número de associados, porém ainda não obtiveram o resultado esperado. Por fim, foi dito que, atualmente, a meta é encontrar um terreno para construir a sede da Entidade.

ACRE – Relatou que, assim como a maioria das Entidades estaduais, a Asibama/AC também enfrenta dificuldade para mobilizar os servidores, principalmente, os do ICMBio os quais são lotados em Unidades distantes umas das outras. Como consequência disso a participação destes servidores é praticamente nula. Outra dificuldade enfrentada é a falta de servidores dispostos a assumir a direção da Associação, tendo sido necessária a prorrogação do mandato da atual Diretoria, pois nenhuma chapa se apresentou para concorrer ao pleito eleitoral. Esta situação tende a piorar porque em 2019, grande parte dos associados, hoje na ativa, têm planos de se aposentar.

RIO GRANDE DO NORTE – Foi informado que os servidores do RN manifestaram repúdio ao corte de ponto da greve de 2017. Foi levantado o problema da nomeação política de superintendente o qual após denúncias devidamente apuradas, foi exonerado do cargo. Falou-se também sobre a perseguição a que os servidores do Estado estão sujeitos.

RIO DE JANEIRO – Informou sobre a falta de servidores na Supes-RJ e no ICMBio. Reajuste abusivo do plano de saúde. A necessidade de servidores participarem dos processos de escolha para os Cargos em Comissão para evitarem o loteamento político no Ibama e no ICMBio.

GOIÁS – Foi informado sobre o fechamento do Escritório de São Miguel do Araguaia por ter multado um desembargador. Que o Superintendente cancelou as viagens dentro do Estado. Por hora, viagens somente para outros Estados. A Asibama-GO está elaborando um documento denunciando o Superintendente, o qual será encaminhando para a Presidente do Ibama, MPF, PF e Ascema Nacional. Apresentou ainda, Nota de Repúdio para ser lida e aprovada pela plenária do Congresso.

PARAÍBA – Informou sobre a nova diretoria eleita da Asibama que tomou posse em 20 de abril de 2018, quando esteve presente Nicélio, presidente da Ascema Nacional. Hoje a Asibama-PB tem 51 sócios, os quais contribuem anualmente com o valor de R\$180,00 por associado. Salientou que o grande problema no Estado é que quase ninguém



tem mais ânimo para a luta da categoria. Foi informado, também, que vários servidores abandonaram o plano de saúde por não conseguirem arcar com o valor das mensalidades. Informou ainda, que duas vezes por semana a Associação oferece atendimento terapêutico aos seus associados.

PIAUÍ – Informou que a atual diretoria foi eleita em um momento de fragilidade financeira da entidade, sendo que as contribuições não eram feitas através de consignado devido à perda de prazo pela Diretoria anterior. Reclamou sobre a falta de mobilização para a sindicalização dos novos e para retorno dos que se desfilaram. Atualmente estão articulando um novo Plano de Saúde para substituir a Geap, pois os servidores reclamam deste pelo alto valor cobrado.

RIO GRANDE DO SUL – Foi informado sobre as dificuldades de mobilização. O superintendente é indicação política e que não há ações contra essa indicação. Possui pouca participação das unidades descentralizadas e os parques estão sofrendo com nomeações políticas. Há unanimidade nas questões do Plano de Lutas: atualização das Gratificações de Qualificações (GQ); melhorar o custo do plano de saúde; necessidade de realização de concurso público para o Ibama e ICMBio; e reestruturação da carreira de especialista em meio ambiente.

PARÁ – Informou que a superintendência do Ibama em Belém está com um novo superintendente nomeado por indicação política desde abril de 2018, que o mesmo não é da carreira de especialista e meio ambiente e tem histórico de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) no órgão ambiental estadual. Houve mobilização dos servidores e denúncia junto ao Ministério Público Federal e Ministério do Meio Ambiente. No ICMBio houveram indicações e nomeação política.

ESPIRITO SANTO – Loteamento político. Falta de segurança nas ações de fiscalização. A Entidade não possui relação com os sindicatos do Estado do Espírito Santo. Há pouca participação dos servidores do ICMBio.

MINAS GERAIS – Foi informado o reajuste dos valores per capita pagos referentes ao auxílio-saúde. É preciso dar andamento ao processo de

segurança no trabalho, especialmente, em atividades externas. Definir critérios para nomeação de cargos comissionados e restringir a indicações para superintendente apenas aos servidores do Ibama ou da carreira de meio ambiente. Sugeriu estender os eventos e capacitações que acontecem nas sedes dos órgãos em Brasília às unidades descentralizadas.

CEARÁ – Foi informado que a situação não difere dos demais Estados. Os ataques ao serviço público e, principalmente, à área ambiental necessitam de uma reação. Os atuais diretores assumiram a diretoria da Asibama no dia 8 de maio e a eleição ocorreu no dia 30 de abril de 2018. Os servidores precisam lutar contra a destruição do Estado Brasileiro.

MATO GROSSO – Informou que em Assembleia realizada no dia 22 de março de 2018, os servidores do Ibama e ICMBio em Mato Grosso deliberaram pela prorrogação do mandato da atual gestão em virtude da ausência de candidatos ao pleito. O Sintfama-MT endossa a necessidade de critérios claros para ocupação de cargos e funções comissionadas. Outra luta do Sintfama-MT é o da revisão dos valores pagos para diárias aos servidores do executivo, sem reajustes desde 2009 (Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, alterado em 2009). Além disso, outra demanda urgente é o da revisão dos valores pagos aos planos de saúde. Em Mato Grosso, muitos servidores têm pedido a exclusão dos planos de saúde (principalmente os aposentados) em face dos valores abusivos.

PERNAMBUCO – Pautou sobre GQ III: reivindicação do pagamento do recente aumento para os inativos (no caso dos inativos do Ibama este pagamento depende de aprovação de rubrica específica). Sugestão para uma nova proposta para a contratação de um plano de saúde mais acessível a todas as vinculadas com valores mais acessíveis.

IV - REVISÃO ESTATUTÁRIA

Após os informes de cada estado, José Mário (RS), abre para a plenária se manifestar sobre a revisão do estatuto. José Mário, comenta que apesar de não concordar em pautar no IX Congresso a reforma



Estatutária, acredita ser ideal marcar um momento para se tratar especificamente do assunto.

Mauro Moura (DF) – Afirma que é preciso conquistar tudo através da luta e o Congresso é o momento de fazer essa discussão estatutária. E, acha necessário que se marque um encontro exclusivo para se discutir essa pauta.

José Marcius (ES) – Afirma que há mais de quatro anos questiona o Estatuto, sugeriu que todos saíssem do Congresso com uma data para fazer a mudança. É fundamental que saia, pois sempre é postergado o assunto, e isso não mostra unidade, isso demonstra desorganização.

Neste sentido, o presidente Nicélio Acácio informou que a diretoria da Ascema fez o encaminhamento para todas as unidades do Brasil contribuírem, porém só recebeu contribuição da Asibama-DF. Rogério Eliseu Egewarth colocou que, por força da deliberação do último congresso realizado na Acadebio/SP em 2017, alterações no Estatuto necessitam ser feitas, mas caberia dar mais tempo para isso, além de ampliar as discussões. Assim, o sr. Nicélio, expressou e o entendimento da diretoria atual, de que a revisão do estatuto não seria possível para este Congresso, encaminhando a questão para decisão a plenária. Assim, como ninguém apresentou proposta em contrário, ficou deliberado que a discussão da revisão estatutária não será objeto deste Congresso, ficando para a próxima diretoria chamar congresso estatutário (específico) para este tema.

José Mário finalizou a pauta dando-se por encerradas as atividades do dia.

SEGUNDO DIA: 23 DE MAIO DE 2018

V. ANÁLISE DE CONJUNTURA SOBRE O LOTEAMENTO POLÍTICO

Mesa composta por: José Mário (RS), Paulo Henrique Garrido (Presidente Asfoc/Fiocruz), e Denis Rivas (ICMBio RJ).

Paulo Henrique S. Garrido (Presidente Asfoc/Fiocruz) - Iniciando a análise, agradeceu o convite feito pela Ascema Nacional e parabenizou a todos pelo movimento de mobilização ao resistir aos ataques (ao ICMBio) na atual conjuntura

política e explanou sobre que a nova diretoria da Ascema Nacional abra mais tempo para discussão do novo regimento, aplicando essa discussão para todos os Estados; sugere-se que seja fechada no congresso apenas uma minuta do novo regimento, para discussão. Sugestão de o dia 23 de maio, oficialmente, o dia Nacional de Lutas. Logo depois, apresentou o Modelo de Gestão da Fiocruz. Esta instituição conta com um Conselho Deliberativo (CD), que atua com a participação dos servidores, além de um Conselho Externo (CE). Em seguida, informou sobre os desafios da implementação de processos mais democráticos e participativos para a escolha de dirigentes e a importância da mobilização dos trabalhadores. Atualmente, o processo de escolha dos dirigentes da Fiocruz é feito com a participação dos servidores através de um processo eleitoral que culmina com a apresentação de uma “lista tríplice”. Foi ressaltado que a conquista desse direito se deu através de muitos anos de lutas.

O Presidente da Asfoc informou sobre a realização de orçamento participativo de forma sistemática na Fiocruz. e Reforçou a importância da unidade da categoria ambiental.

José Mário (RS) – Agradeceu pela palestra do Presidente Paulo Garrido e elogiou o modelo de gestão da Fiocruz. A seguir abriu para a plenária com dois blocos de perguntas.

Ao finalizar as perguntas, Paulo Garrido, respondendo a algumas indagações que foram feitas, discorreu sobre a criação do plano e carreira da Fiocruz, sobre a escola politécnica e seu papel na profissionalização dos servidores. Comentou as ameaças ao orçamento público, por conta dos cortes decorrentes da EC 95. Informou que o tempo de mandato dos dirigentes da Fiocruz são de quatro anos e que qualquer servidor pode se candidatar para o posto.

No segundo bloco, o Presidente comentou sobre as eleições para os cargos de dirigentes e sobre a regulamentação do processo eleitoral. A questão das mudanças na Lei dos agrotóxicos; o fortalecimento dentro das redes sociais; debates sobre o golpe, a democracia; carreira e o Sistema Único de Saúde (SUS). Falou ainda, sobre as



dificuldades de articulação no Congresso Nacional. O plano de saúde também é uma crise para a Fiocruz.

Ele acredita que o fundamental é o esforço pela unidade, buscando aquilo que une toda a entidade, elencando as bandeiras que unificam. Lutar pelo serviço público de qualidade; necessidade de se contrapor à mídia hegemônica que desvaloriza o trabalho de toda essa categoria de trabalhadores. O presidente reafirmou que deseja, a partir deste Congresso, que os laços entre a Ascema Nacional e a Fiocruz, se fortaleçam e se consolidem.

Aberto espaço para debates, foram feitas intervenções diversas sobre estratégias para realização de novos concursos públicos; processo eleitoral; benefícios, incentivo e ascensão na carreira ambiental; dificuldades nas instituições e militâncias nos órgãos.

Denis Rivas (RJ): Agradeceu a oportunidade e participação do Sr. Paulo, sinalizando que a Fiocruz tem uma grande trajetória e que é um exemplo para a Ascema Nacional, com boas experiências e que podemos buscar estratégias para aperfeiçoar o trabalho da entidade.

VI. ATAQUES AO MEIO AMBIENTE E REAÇÕES DA SOCIEDADE.

Mesa composta por: Gilberto Jorge (Condsef), Leandro Couto (ASCOR/ARCA) e Alex Bernal (Associação dos servidores do MMA - Assemma) e Denis Rivas (Asibama-RJ).

Gilberto Jorge (Condsef) - O palestrante agradeceu o convite feito pela Ascema Nacional e fez uma avaliação da conjuntura política, relatando que estamos vivendo um período de crise econômica, social e política, o que acarreta maior dinamismo às mudanças. Esta transição é fruto de uma readaptação do capital aos novos tempos, às novas exigências e à nova geopolítica para poder manter o sistema do capital. Nenhum processo histórico se desdobra sem a atuação dos grupos sociais, entidades e classes sociais. O Sr. Gilberto mencionou a necessidade de se pensar como intervir nesta transição histórica, ou seja, como fazer a luta política. Para melhor compreensão do

plenário, o mesmo apresentou breve relato sobre a luta pela Revogação da Emenda Constitucional 95. Citou ainda a falta de representatividade ambiental no parlamento brasileiro, além da pouca participação da juventude nos Congressos realizados.

Leandro Couto (Articulação Nacional de Carreiras Públicas - Arca) – O palestrante agradeceu a oportunidade e começou expondo as constantes tentativas de silenciamento da classe trabalhadora pelo governo. Apontou que o governo se aproveita do discurso de que os servidores são uma categoria privilegiada para agir contra os movimentos. O importante, segundo ele, foi a Arca começar a ocupar novos espaços, indo até as ruas, e dialogando com outros movimentos. O Sr. Leandro citou o projeto realizado junto à Fiocruz em 2017 de produção do vídeo “Brasil 2035”, cujo lançamento ocorreu no Museu do Amanhã. Com essa iniciativa, eles mostraram a importância do Estado para a vida das pessoas. No momento em que o governo consegue aprovar a Emenda Constitucional 95 e a Reforma Trabalhista, a Arca constrói uma solidariedade entre as categorias. O representante finalizou reafirmando que a Articulação não aceita um Estado regido sob a égide da Emenda Constitucional 95, por isso, é preciso buscar novas estratégias de lutas.

Alex Bernal (MMA) – Apresentou sua explanação expondo questões relacionadas ao licenciamento ambiental, conflitos socioambientais e o desmonte da legislação ambiental brasileira. Citou o Fórum Mundial da Água realizado em Brasília, organizado com a perspectiva de privatização da água pelas grandes corporações do setor, e em contrapartida, a participação de servidores e movimentos sociais no Fórum Alternativo Mundial da Água - Fama 2018 - que aconteceu entre os dias 17 e 22 de março de 2018, em Brasília - DF. Este, por sua vez conseguiu ser um evento internacional democrático, que reuniu organizações e movimentos sociais que lutam em defesa da água como direito elementar à vida. O Fama pretende unificar a luta contra a tentativa das grandes corporações em transformar a água em uma mercadoria, privatizando as reservas e fontes



naturais de água. Esta privatização inviabilizará o acesso à água para muitas populações, que já sofrem com a exclusão social, a pobreza e se vêm envolvidas em conflitos e guerras de todos os tipos. Aberto o espaço para debates: Houve grande participação dos presentes nos debates sobre os temas apresentados. Durante os debates foi levantada a necessidade de construção da defesa do Serviço Público; da luta contra a precarização do trabalho, a reforma trabalhista e os retrocessos da pauta ambiental.

VII. INFORMES JURÍDICOS

Mesa composta por: Dr. Diego Vega – Assessor Jurídico da Ascema Nacional, Liliana Lincka – Diretora Jurídica e Rodrigo Amaral de Araújo.

Dr. Diego Vega (Vega e Ramos Advogados): Diante da preocupação à época, com a possibilidade de posse de um Presidente do ICMBio sem experiência, o assessor jurídico da Ascema sugeriu que a Carreira deveria lutar para que fossem aplicados os critérios de seleção previstos no art. 16 da Lei nº 13.303/2016, a chamada de Lei de Responsabilidade das Estatais.

A assessoria jurídica reportou muitos problemas em relação aos dados dos usuários. A falta de uma lista atualizada de filiados dificulta a atuação do jurídico. Comentou que algumas entidades encaminharam corretamente as listas, sendo, no entanto, prejudicadas por aquelas que não o fizeram. Outra situação foi à associação de Pernambuco, que foi a única associação que mandou os dados relativos aos servidores habilitados a receber a devolução relativa às cobranças indevidas de impostos sobre o auxílio creche. Ressaltou a necessidade de realização do cálculo do valor devido. Informou que a média dos valores calculados estaria por volta de R\$3.000,00 por dependente. O desta ação prazo foi de cinco anos e a ela foi ganha em 2016. Essa ação só é válida para usuários que entraram com a lista em 2010. Para quem está na lista, é preciso apresentar contracheque e calcular. A associação local tem que mandar mensalmente a relação dos servidores filiados que estão em dia com suas contribuições.

Informou que é possível entrar com nova ação para aqueles que não constam da primeira ação ganha, mas é necessário que os servidores sejam associados. Foi informado ainda, que as 3 ações contra a GEAP tiveram indeferimento dos pedidos devido à exclusão da União do polo passivo da lide. Que, ~~de que~~, no juízo cível comum (sem a União) a jurisprudência é contrária à redução do reajuste, o que pode causar aumento excessivo de pagamento de honorários (sucumbência) pela Ascema Nacional aos advogados da GEAP.

Respondendo a perguntas, o advogado comentou a paralisação dos dias 28 e 30 de abril 2017. Segundo o entendimento jurídico da Ascema Nacional, à época, a paralisação não cumpriu com os regulamentos da Lei de Greve. Portanto, o Ibama não poderia ter lançado o código de greve. Os representantes dos estados se pronunciaram a respeito da paralisação. O Ministério do Meio Ambiente argumentou que a greve seria uma manifestação de interesse político. Para quem participou da greve, não foi autorizada a reposição e encaminhado o tema, o jurídico não ajuizou ação porque, em debate com a diretoria à época, concluiu-se que não houve cumprimento dos requisitos da Lei de Greve e, em discussão com a Diretoria seguinte, não se chegou a uma conclusão para ordenar ação em nenhum sentido, se por ofensa a Lei de Greve ou algum outro argumento. Os funcionários estão sendo prejudicados, mesmo os que compensaram os dias da paralisação. Como houve relatos de diversas compensações, relatos de diferentes formas de anotação do ponto e relatos de autorizações formais e informais, o jurídico salientou que eventual ação nacional não poderia abordar tantas peculiaridades locais o que poderia prejudicar esses grupos. Que seria melhor que se buscasse ajuizar ações próprias (específicas) do que simplesmente participarem de uma ação genérica (Ascema).

O jurídico anunciou que as ações da Ascema Nacional referente à GQ3 estão prontas aguardando apenas a consolidação da lista de associados 2018 e aguardando que, em alguns casos específicos, servidores enviem documentos



para subsidiar alguns pedidos que diferem da grande maioria.

Em seguida pontuou algumas questões referentes a ações ajuizadas pela Ascema Nacional, informando que os relatórios das mesmas se encontram disponíveis através dos “Relatórios Jurídicos” no site da Associação.

ABERTO PARA DEBATES: Houve participação dos servidores a respeito do aumento da Geap, além de perguntas e comentários acerca da paralisação dos dias 28 e 30 de abril 2017. Foram respondidas várias perguntas pontuais.

VIII. SITUAÇÃO FINANCEIRA DA ENTIDADE

Mesa composta por: Rogério Eliseu (Delegado do DF), Lilian Lincka (Diretora Jurídica) e Vitor Sarno (DF).

Rogério Eliseu (Delegado do DF) – Apresentou a forma de cobrança dos associados, que no último Congresso ficou determinado que as entidades deveriam repassar 10% para a Ascema Nacional. Entretanto, informou que existem diferenças entre os valores cobrados, sendo que algumas entidades cobram valores muito baixos, como é o caso da Paraíba (R\$ 180 reais anuais) e outras que cobram valores muito maiores, o que gera uma certa discrepância dos valores repassados a Ascema Nacional, quando considerado o valor por associado. Seria adequado fazer uma revisão dessa questão.

Outra questão que tem influenciado a arrecadação, tanto da Ascema Nacional como das entidades de base, é a adesão ou perda do consignado, por intermédio do Ministério do Planejamento, que agora é gerido pelo Serpro. Antes existia uma regra de obrigatoriedade no mínimo 50% da base, agora o processo está mais burocrático, assim foi recomendada a busca de apoio especializada (consultor), que cobra mais de R\$ 1.000 para regularizar a entidade. Outras entidades menores têm sistema de cobrança via boleto bancário, que também pode ser uma boa saída.

Foi apresentada uma proposta de encaminhamentos nessa pauta:

- 1º - Criar Campanha para adesão de novos associados;
- 2º - Criar ou refundar Associações nos estados onde ainda não tem;
- 3º - Atuar por intermédio da Ascema Nacional para apoiar as entidades menores, proporcionando meios de desconto para quem não tem o consignado;
- 4º - Ter regra definida sobre o repasse da entidade de base deixando de ser os 10%, sugerindo que o repasse seja feito com base no salário base dos associados, pois considera injusto repasses diferenciados. Afirma que a ideia não é aumentar a arrecadação, e sim, ser mais equilibrada e igualitária;
- 5º - Criar um Sistema ou modelo de lista de associados de cada entidade que consiga ser atualizado mês a mês junto a Ascema Nacional;

ABERTO PARA DEBATES: A maioria da plenária comentou sobre o valor cobrado pela entidade, propondo uma taxa fixa para todas as associações e alguns, sugeriram a equidade de cada estado. Rogério finalizou a plenária propondo um GT de Estruturação ou Financeiro – Grupo de trabalho em outro momento para tratarem da saúde financeira da Ascema Nacional e Entidades estaduais.

IX. LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PACOTE DO VENENO

Mesa composta por: Ariana (Ibama – Delegada do DF) e Paulo César (ICMBio - Delegado do DF).

Ariana (Ibama – Delegada do DF) – No primeiro momento, a servidora teceu comentários sobre o Projeto de Lei - 168/2018. Segunda a ementa da Lei, esta regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica e cria a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, estabelecendo normas gerais para o licenciamento de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores



ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente e institui a avaliação ambiental estratégica (AAE).

Foi feito um relato sobre o esvaziamento da Diretoria de Licenciamento do IBAMA, o que estaria servindo como justificativa para a convocação de Analistas de Infraestruturas para atuarem no licenciamento ambiental do Ibama. Foi colocado que há, por parte dos servidores que atuam no licenciamento, uma posição contrária a essa determinação da presidência do órgão, por entenderem que podem ocorrer conflitos de interesses entre as atribuições dos analistas de infraestrutura e as atividades do licenciamento. Comentou-se que o poder econômico está voltado para aprovação deste Projeto de Lei, com pressões sendo feitas sobre a presidência do órgão.

Paulo César (ICMBio - Delegado do DF) – Comentou sobre o uso de agrotóxicos e o Projeto de Lei – PL 6299/02 – Lei do Veneno - que retornou à pauta, com proposições de alteração das normas no sentido da retirada do Ibama e Anvisa da comissão que avalia a utilização de agrotóxicos. A Lei dispõe sobre: a pesquisa, a experimentação, produção, embalagem e rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda comercial, utilização, importação, exportação, destino final dos resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

O palestrante apresentou esta Lei como uma ameaça ao meio ambiente e à saúde humana, afastando o poder do Ibama e ICMBio, no momento em que a CTNbio – Comissão Técnica Nacional de Biosegurança, começou a aprovar qualquer transgênicos para estudos.

ABERTO PARA DEBATES: Os debates na Plenária, abordaram as seguintes questões: a extinção das atribuições do Ibama no PL; transgênicos e agrotóxicos e sugestão de comissão para discutir as duas questões.

Também foram pautados os ataques ao licenciamento ambiental como parte do processo de desmonte da área ambiental como um todo.

Além disso, foi colocado que esse desmonte também vem se dando “por dentro” ou seja, através de uma gestão que vem retirando direitos e atacando pequenas conquistas dentro das instituições e desta maneira, provocando descontentamento e desalento.

X. INSTAURAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

Mesa composta por: Marcus André Martins (RO), Jonas Corrêa (Presidente da ASIBAMA-DF) e Nicélio Acácio (MT).

Finalizando as atividades do dia 23/05/2018 referentes ao IX Congresso da Ascema Nacional, houve indicação da seguinte composição – Titulares: Nicélio Acácio (MT), Fernanda Piccolo (DF), Marcus André Martins (RO) tendo como Suplentes: Maura Lázara Leão (GO), Rosângela Daniel (ES). Após a indicação da Comissão Eleitoral, esta foi aprovada sem ressalvas pela plenária.

VOTAÇÃO (BIÊNIO/TRIÊNIO) -

Foi discutido pela comissão o período de mandato para a nova diretoria, se seria um mandato de dois anos para complementar a gestão anterior ou se seria um mandato de três anos como previsto nos Estatuto. A comissão levou a questão para a plenária debater e, depois votar. No voto foi aprovado por unanimidade que o mandato da nova diretoria deverá ser de três anos, com isso as atividades se encerraram.

ABERTO PARA DEBATES: Houve participação da plenária das seguintes pautas: disposição para assumir durante os três anos, pois o estatuto prevê mandato de três anos; mudança no Estatuto e soberania do Congresso. Foi designada a votação para a plenária.

Durante a votação da plenária, José Mário (RS), defendeu a proposta de três anos que recebeu 17 votos a favor, e Henrique Silva (DF), defendeu a proposta de dois anos, recebendo 14 votos a favor e quatro votos de abstenções.



X. APRESENTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Mesa composta por: Luis Carlos Raiol (AP) e Liliana Lincka (RN) Luis Carlos Raiol (AP). Apresentou o Relatório da Diretoria provisória – 2017/ 2018 – empossada em setembro de 2017 e informou que nesse período de gestão foi realizada apenas uma reunião ordinária, onde foram analisados os balancetes mensais da prestação de contas da Diretoria Executiva, referentes aos meses de agosto a dezembro de 2017, encerrando esse exercício financeiro, e os meses de janeiro à março de 2018, finalizando com a elaboração do Relatório de Gestão – CF para IX Congresso da Ascema Nacional.

Luis Carlos apresentou a análise da execução da cobrança dos valores abertos da gestão 2009 a 2011; repasse das entidades filiadas à Ascema Nacional; execução financeira; deliberação do Conselho quanto à prestação de contas da diretoria executiva provisória referente ao exercício de setembro de 2017 a março de 2018 e recomendações para a nova diretoria.

Ao terminar de apresentar o relatório, a mesa abriu votação para as contas da Ascema Nacional, dos anos (2009 a 2011, 2017 e 2018), e todas as contas foram aprovadas por unanimidade, encerrando as atividades do dia.

TERCEIRO DIA: 24 DE MAIO 2018

XII. INSCRIÇÃO DE CHAPAS, APRESENTAÇÃO DOS MEMBROS E ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA

Mesa composta por: Nicélio Acácio (MT), Jonas Corrêa (DF) e Marcus André Martins (RO).

Às 9 horas começaram as inscrições das Chapas. Houve inscrição de apenas uma chapa para a Diretoria Executiva, denominada “Mexeu com um@, mexeu com tod@s”, com os seguintes membros:

Presidente: Henrique Marques Ribeiro da Silva;

Vice-Presidente: Denis Helena Rivas;

Secretaria-Executiva: Elisabeth Eriko Uema;

Diretora de Comunicação: Liliana da Silva;

Diretor de Finanças: Rogério Eliseu Egewarth;
Diretor de Assuntos Jurídicos: Valfredo José Pires Júnior;

Diretor de Aposentados e Pensionistas: José Mário Amaral Viruê;

1ª Suplente: Juliana Lício de Oliveira Baretta;

2º Suplente: Alex Barroso Bernal;

Diretor da Região Sul: Joelsio Luiz Barbosa dos Santos;

Suplente Diretor da Região Sul: Omar Silva Almeida;

Diretor da Região Sudeste: Emília Goulart de Oliveira Ramos;

Suplente da Região Sudeste: Tomás de Oliveira Bredariol;

Diretor da Região Centro-Oeste: Vanilio Marques;

Suplente da Região Centro-Oeste: Basílio Barbosa de Oliveira Junior;

Diretora da Região Nordeste: Ademilde Maria Lopes;

Suplente da Região Nordeste: Rômulo George Sales e Silveira;

Diretor da Região Norte: Rodrigo Amaral de Araújo Lima;

Suplente Diretor da Região Norte: Sérgio Pedreira Pereira de Sá.

Também foi inscrita apenas uma chapa para o Conselho Fiscal, Chapa “Transparência”, composta pelos seguintes membros titulares:

Otávio Albuquerque Andrade Lima, Mauro de Sousa Moura, Dezidéria Maria Barbosa Nery e membros suplentes na ordem: Ana Maria Evaristo Cruz, Kátia Cristina Medeiros Pereira, Luiz Carlos Del Castillo Raiol.

As chapas foram homologadas pela Comissão Eleitoral, sendo apresentadas a todos os presentes do Congresso. Assim, cumprindo as exigências do regimento eleitoral, procedeu-se a eleição por meio de aclamação, tendo os seguintes resultados: Chapa “Mexeu com um@, mexeu com tod@s” para Diretoria Executiva: 47 votos a favor, nenhum voto contra e um voto de abstenção. Em seguida, também por aclamação para o Conselho Fiscal a Chapa “Transparência”: 47 votos a favor, nenhum voto contra e um voto de abstenção.



Assim, as 10:50 horas foi encerrado processo eleitoral e, como não houve nenhuma contestação, foram declaradas eleitas, para o triênio de 2018 a 2021, as Chapas “Mexeu com um@, mexeu com tod@s”, para a Diretoria Executiva, e “Transparência” para o Conselho Fiscal. A seguir, sr. Nicélio convida o novo presidente eleito, Sr. Henrique Silva para uso da palavra, que agradeceu a todos da direção e da plenária e iniciou seu pronunciamento solicitando a construção de união e força para nova diretoria, buscando a unidade da categoria, articulação as outras entidades, juntamente com os movimentos sindicais. Pautou sobre os direitos pela garantia dos serviços públicos e afirmou que irá trabalhar em cima de todas as lutas apontadas no plano.

XIII. PLANO DE LUTAS E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA CONDSEF

Mesa composta por: José Mario, Dezidéria Nery (PI) e Vilma Moreira (MG)

José Mario (RS) – Procedeu à leitura, ponto a ponto do Plano de Lutas da Condsef, defendendo que o plano é para trabalhar em parceria, com um único objetivo do fortalecimento e unidades de forças, encaminhando as demandas para o governo. Citou alguns pontos da luta como: O sucateamento dos órgãos ambientais e do Ministério do Meio Ambiente; a precarização do trabalho dos terceirizados; o levantamento da situação dos órgãos ambientais; denúncias sobre o nepotismo no MMA; análise jurídica das orientações que vedam a comunicação direta entre os servidores do Ibama e do ICMBio; o aumento da cota-parte do governo em relação do plano de saúde; cortes orçamentários dos órgãos ambientais; lutar contra a falta de pagamento dos terceirizados; lutar em defesa dos centros de pesquisa do ICMBio; criar propostas de grupo de trabalho (GT) para o licenciamento; defesa de Unidades de Conservação; contra a terceirização; abertura de concurso público; facilitar a contratação de pessoal indígena e organizar seminário sobre a questão do teletrabalho.

Denis Rivas (RJ) coordenou o trabalho subsequente. Começou dividindo a plenária em

quatro grupos, realizando uma curadoria das principais lutas estaduais e principais bandeiras de luta que a Ascema Nacional possa levar a adiante. Na sequência, cada grupo apresenta na plenária o resultado das discussões do grupo e, logo depois conduziu os participantes a fazer a priorização, agrupando as ideias de forma democrática.

A diretoria entrou em acordo de não eliminar nenhuma proposta, de maneira a viabilizar a incorporação de todas no atual Plano de Lutas.

Na organização, Denis Rivas iniciou o discurso sugerindo Acordos de Convivência para os quatro grupos de Planos de Lutas. Foi necessário que cada grupo respondesse as seguintes perguntas:

1. Quais as principais lutas que as entidades estaduais devem travar?
2. Quais as principais lutas que a ASCEMA Nacional deve travar?
3. Qual a estratégia para cada luta?

APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS, PRIORIZAÇÃO E APROVAÇÃO:

Grupo 1 – Composto por:

Liliana Lincka (RN), Henrique Silva (DF), Fernanda Pieruzzi (DF), José Mário (RS), Paulo Marinari (PB), Dezidéria Nery (PI), Elizabeth Uema (DF), Miriam Parente (DF), Emília Goulart (MG), Marcus Martins (RO), Antônio Lucia (CE), Erivaldo Silva (MS), Domingos dos Santos (PA).

1. Quais as principais lutas que as entidades estaduais devem travar?

- Reestruturação e mobilização das entidades locais;
- Resgate do pessoal de NS para votar à base (PI);
- Indicações políticas e prejuízos locais;
- Efeitos locais do contingenciamento orçamentário.

2. Quais principais lutas que a ASCEMA Nacional deve travar?

- Derrubar a E.C 95/2016;
- Defender o serviço público e servidores (direitos garantidos);
- Realização de novos concursos;



- Incorporação da GDAEM no VB;
- Definição de critérios para nomeação de cargos e FC's/ Permanecer na luta contra nomeação de dirigentes sem perfil;
- Melhorar segurança no Trabalho;
- Combater assédios e corrigir instrumentos que os promova;
- Revisão dos valores da GEAP;
- Estender aos aposentados os efeitos da lei 12778/12 (receber GQ);
- Fortalecimento dos instrumentos de gestão ambiental;
- Correção das distorções salariais da carreira em geral;
- Retomar as discussões da ascensão funcional;
- Apoio às entidades locais.

3. Qual a estratégia para cada luta?

- Melhorar a comunicação entre as entidades e a sociedade (outras entidades, movimentos sociais e sociedade em geral);
- Elaborar carta com proposta de gestão ambiental aos presidentes;
- Criação/Retomada de GTs, dando condições de funcionamento aos mesmos: nível médio, reforma estatutária, auxiliar;
- Elaboração de histórico das conquistas dos servidores do serviço público, em especial na área ambiental;
- Articular com outras associações/sindicatos visando à defesa do Estado Brasileiro e de serviço público de qualidade.

Grupo 2 - Composto por:

Lilian Ferreira (DF), Jonas Corrêa (DF), Ariane Ariura (DF), Valfredo (PA), Jurandir de Freitas (MS), Mauro Moura (DF), Rodrigo Amaral (RO), Sérgio Sá (AM), Rafael Rons (TO), Mackley Lobato (DF).

1. Quais as principais lutas que as entidades estaduais devem travar?

- Campanha de filiação de novos associados;
- Estabelecer relações com outras Associações de Carreira, ONGs e outros movimentos sociais fortalecimento nossas pautas junto à sociedade local/estadual/regional;

- Atuar junto aos políticos locais para que conheçam e atuem nas pautas socioambientais;
- Criar plataforma ambiental local/estadual/regional para divulgação aos candidatos a cargos eleitos;
- Manter-se vigilante às nomeações locais, lutar localmente contra as nomeações sem critérios.

2. Quais principais lutas que a Ascema Nacional deve travar?

- Concurso público para carreira;
- Gestão de servidores diferenciada para locais de difícil fixação;
- Inclusão e eliminação de barreiras de comunicação e arquitetônica das pessoas com deficiência e necessidades especiais;
- Novo GT de valorização dos cargos intermediário e auxiliar;
- Funções gratificadas para servidores e cargos de responsabilidade.

3. Qual a estratégia para cada luta?

- Mostrar histórico de luta da Associação, estabelecendo novas formas de comunicação com servidores e criar benefícios aos associados;
- Estabelecer comunicação com outras entidades locais/estadual/regional;
- Criar GT local em parceria com outras instituições/entidades
- Atuação junto à mesa setorial;
- Criar, submeter produto à nacional; entidade nacional fazer ampla divulgação e orientar trabalho de consulta às bases.

Grupo 3 – Composto por:

Tomás de Bredariol (RJ), Joelsio Luiz (RS), Maria Cândida (RJ), Paulo César Mendes (DF), Joaquim Silva (DF), Aline Brignol (MMA-DF), Maura Leão (GO), Ana Cruz (DF).

1. Quais as principais lutas que as entidades estaduais devem travar?

- Arrecadação;
- Plano de Saúde;
- Filiação/Fortalecimento das Entidades Estaduais;



- Apoio para aposentados ou servidores prestes a se aposentar;
 - Qualidade de vida dos associados;
 - Comunicação entre associados e instituições/locais.
2. Quais principais lutas que a Ascema Nacional deve travar?
- Pela revogação da EC-5;
 - Reestruturação da carreira;
 - Definição de critérios para a ocupação de cargos;
 - Necessidade de concurso externo e concurso de remoção interna;
 - Reformulação do Estatuto da Ascema;
 - Assegurar a manutenção das atribuições das unidades/instituições integrantes da carreira;
 - Correção da distorção/diferença entre as tabelas salariais de técnicas e analistas;
 - Fortalecimento do Planejamento Estratégico;
 - Incorporação da GQ III dos aposentados;
 - Comunicação com a sociedade.
3. Qual a estratégia para cada luta?
- Articulação com as entidades representativas dos servidores junto ao Congresso Nacional;
 - Pressionar MPOG para apreciação da proposta já existente;
 - Acompanhar e programar ações visando à manutenção das atribuições;
 - Discutir mesa setorial;
 - Produzir materiais que faça contraponto nos ataques à legislação ambiental.
- Lutar contra o assédio e perseguição aos servidores;
 - Tornar os procedimentos administrativos mais uniformes e transparentes;
2. Quais principais lutas que a Ascema Nacional deve travar?
- Derrubar em articulação com outras entidades a emenda constitucional 95;
 - Reforma estatutária da Ascema Nacional;
 - Lutar pela realização de Concurso Público;
 - Lutar contra os ataques à legislação ambiental;
 - Lutar pela reestruturação e modernização da carreira;
 - Reajustar o valor das diárias e benefícios;
3. Qual a estratégia para cada luta?
- Articulação com movimentos sociais e sociedade civil;
 - Criação do GT para fomentar amplas discussões nas bases;
 - Cobrar do Governo Federal;
 - Pautar mesa de negociação;
 - Articulação com servidores que participaram do FAMA, ARCA e com a CONDSEF.

VOTAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO

Os integrantes inseriram bolinhas amarelas para destacar os votos em cada proposta elaborada pelos grupos. Foi realizada uma seleção de LUTAS e ESTRATÉGIAS mais votadas, para orientar a nova direção da Ascema Nacional.

LUTAS:

- 1) Critérios para ocupação de cargos;
- 2) Derrubar E.C 95/2016;
- 3) Realização de novos concursos;
- 4) FG para servidores em cargos de responsabilidade;
- 5) Combater o assédio moral;
- 6) Apoio às entidades locais;
- 7) Gestão de servidores diferenciada para locais com dificuldades (isolados, com pouca estrutura, etc);
- 8) Correção da distorção entre tabelas de técnicos e analistas (reestruturação de carreiras);
- 9) Retomar a discussão de ascensão funcional;

Grupo 4 – Composto por:

Vitor Sarno (DF), Vaninho Marques (MT), Vilma Moreira (MG), Alex Bernal (DF), Rômulo George (CE), Nicélio Acácio (MT), Ademilde Lopes (PE), Eduardo Soares (DF), Rosângela (ES), Rinaldo Sabino (RJ), José Elias (DF).

1. Quais as principais lutas que as entidades estaduais devem travar?

- Estabelecer critérios para os cargos e funções comissionados;
- Elaborar carta dos servidores aos presidenciais;



- 10) Defender direitos e garantias dos servidores públicos;
- 11) Pagamento da GQ aos aposentados (Lei 12778/12);
- 12) Reformulação do Estatuto da Ascema Nacional;
- 13) Fortalecimento dos instrumentos de gestão ambiental;
- 14) Manter atribuições da carreira sob risco (licenciamento e agrotóxicos).

ESTRATÉGIAS:

- 1) Melhorar a comunicação com a sociedade;
- 2) Pressionar MPOG para apreciação da proposta (reestruturação);
- 3) Recrear o GT de técnicos e auxiliares;
- 4) Mobilização contra o desmanche da legislação ambiental;
- 5) Criação e retomada de GTs;
- 6) Criar GT sobre critérios para nomeação;
- 7) Elaboração de histórico de conquistas;
- 8) Articulação de histórico de conquistas;
- 9) Articular com outras associações;
- 10) Articulação com movimentos sociais e sociedade civil;
- 11) Elaborar carta com proposta para presidenciáveis.

XIV. MOÇÕES

Foi apresentada uma moção do estado do Goiás, apresentado pela delegada Maura Moura durante IX Congresso, sendo aprovado por unanimidade na plenária.

“Os servidores da Superintendência do Ibama no estado do Goiás, e a Plenária Nacional do Congresso dos Servidores da CEMA e PECMA repudiam veementemente a tentativa de fechamento da Unidade Técnica de São Miguel do Araguaia, proposta pelo Senhor Superintendente do Ibama-GO, Renato da Silva Wanderley, com finalidade de coibir os trabalhos de fiscalização realizados pelos servidores dos órgãos, em detrimento de interesses pessoais, visando beneficiar terceiros envolvidos (infratores), considerando principalmente o grau de importância

ambiental daquela unidade para o Estado de Goiás”.

José Mário (RS), apresentou outra moção, o Manifesto da VIII Plenária Estatutária da Condsef/Fenadsef, que também foi aprovado, com 24 votos favoráveis e 6 votos contrários da plenária.

ÚLTIMO DIA: 25 DE MAIO DE 2018

XV. POSSE E AÇÕES NO DIA

Na sexta feira, antes mesmo da posse, os participantes do Congresso se juntaram aos servidores do ICMBio, mobilizados em Assembleia Permanente contra uma indicação político-partidária sem nenhuma experiência na área ambiental, para a presidência do instituto.

A assembleia decidiu participar de atividade que ocorreu no período da tarde para cobrar um posicionamento do Ministério do Meio Ambiente em relação a essa nomeação. Em seguida os delegados participantes do IX CONASCEMA 2018 realizaram a cerimônia de posse da nova diretoria na sede da ASIBAMA DF, que contou com a participação da presidente-substituta do ICMBio, Silvana Canuto e do Presidente da Condsef, Sérgio Ronaldo da Silva. Também compuseram a mesa Jonas Correa - presidente da Asibama DF anfitriã da cerimônia e Nicélio Acácio da Silva que concluiu sua gestão à frente da Ascema Nacional, dando a posse à nova diretoria. A nova diretoria assinou a Ata de posse e logo em seguida, foi dado por encerrado o IX Congresso da Ascema Nacional 2018.



REGIMENTO INTERNO 2018

IX CONGRESSO NACIONAL DOS SERVIDORES DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM MEIO AMBIENTE E PECMA

CAPÍTULO I

DA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO

Art. 1º O Congresso Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e PECMA (IX CONASCEMA) realizado em Brasília/DF, no período de 22 a 25 de maio de 2018.

Art. 2º A realização do IX CONASCEMA deverá ser precedida de assembleias de servidores objetivando preparar a participação para o evento e a escolha dos delegados e observadores.

○

○

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DO IX CONASCEMA

Art. 3º São Objetivos do IX CONASCEMA:

I- Aprofundar a análise sobre o cenário político atual e os reflexos que este momento terá frente aos servidores e a política nacional de meio ambiente, priorizando a defesa dos seus interesses;

II – Deliberar posições e Planos de Lutas e Pauta

de Reivindicação dos trabalhadores (as), públicos federais, na defesa de seus interesses, incluindo a qualidade dos serviços Públicos;

III – Discutir e definir posições sobre formas de organização da Ascema Nacional e suas relações com suas filiadas e outras entidades nacionais;

IV- Definir sobre o funcionamento da Mesa Setorial de Negociação Permanente;

V- Definir sobre a alteração estatutária da Ascema Nacional;

VI – Eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da Ascema Nacional, conforme Art. 40 do Estatuto e a deliberação no último VIII Congresso.

CAPÍTULO III

DOS PARTICIPANTES DO IX CONASCEMA

Art. 4º- Os participantes do IX CONASCEMA estão assim identificados:

I- Delegados eleitos na base que possuem direito à voz e voto nas plenárias e direito a votar e ser votados no processo eleitoral;

II- Delegados natos: são os integrantes da Diretoria executiva e do Conselho Fiscal da Ascema Nacional no exercício do cargo, possuem o direito à voz e voto nas plenárias;

Parágrafo Único – Os delegados natos, para votar e ser votados no processo eleitoral, devem ser eleitos na sua base como delegados.

III- Observadores e convidados, que possuem apenas o direito à voz.

IV- Ouvinte – sem direito a voz e voto.

Art. 5º- Serão delegados eleitos servidores dos órgãos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, escolhidos na razão de 01 delegado para cada 10 presentes nas assembleias Locais/Estaduais, ou fração maior ou igual a 05, resguardando o mínimo de 01 delegado por assembleia com menos de 10 participantes.

Art.6º Os suplentes podem ser eleitos na mesma assembleia que se eleger o delegado, podendo substituir quaisquer dos delegados eleitos.

Art.7º Os observadores serão indicados nas seguintes situações:

I- Nos Estados com entidade ou afiliada que não estejam no pleno gozo do direito, conforme o Estatuto da Ascema.

II- Demais servidores de entidades filiadas eleitos para este fim.

Parágrafo único- os observadores e ouvintes deverão custear as suas despesas de participação no IX CONASCEMA, inclusive alimentação e hospedagem.

Art. 8º Somente poderão ser delegados e observadores os servidores da CEMA ou PECMA, devidamente filiados a uma das entidades de base da Ascema Nacional.



CAPÍTULO IV DO CREDENCIAMENTO

Art.10 A relação dos participantes deverá ser comunicada à Ascema Nacional até 04 de maio de 2018, com o nome e lotação dos delegados, cabendo à Diretoria da Ascema Nacional avaliar, caso a caso, comunicações posteriores a esta data.

Art.11 As atas e respectivas listas de presença das assembleias de base devem ser encaminhadas com a relação dos participantes e, impreterivelmente, serem entregues durante o credenciamento dos delegados.

Art. 12 O credenciamento dos delegados, observadores ocorrerá em Brasília, a partir das 12h00 do dia 22 de maio até as 10h00 do dia 23 de maio de 2018, que receberão os respectivos crachás de identificação.

Parágrafo Único: Os participantes que não se credenciarem no prazo serão considerados observadores.

○ CAPÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO DO IX CONASCEMA

Art. 13 O IX CONASCEMA será composto por organismos: Comissão Organizadora; Comissão de Relatoria; Plenárias e Comissão eleitoral.

§ 1º- Da Comissão Organizadora:

I- A Comissão Organizadora do Congresso Nacional será integrada por representantes da Diretoria da Ascema Nacional, sendo responsável por toda organização, orientação e ordenação dos trabalhos. Além disso, deverá propor o presente Regimento Interno, indicar os membros da comissão eleitoral, preparar o expediente das Plenárias, indicando suas mesas diretoras que serão, posteriormente, submetidas à aprovação das respectivas plenárias.

§ 2º- Da Comissão de Relatoria:

I- A Comissão de Relatoria será composta por 02 integrantes indicados pela Comissão

Organizadora e, posteriormente, submetidos à aprovação da Plenária;

II- Caberá a Comissão de Relatoria auxiliar as mesas diretoras durante a apresentação das propostas e encaminhar para a Ascema Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, um relatório consolidado do Congresso Nacional.

§ 3º- Das Plenárias:

I- As Plenárias são as instâncias únicas para apresentação e discussão de propostas, sendo compostas pelos delegados, delegados natos e observadores presentes no Congresso Nacional.

II- Também consiste nas instâncias máximas de deliberações do Congresso, através de votações, nas quais têm direito ao voto apenas os delegados, a Diretoria Executiva da Ascema Nacional e os Conselheiros Fiscais da Ascema Nacional, conforme. Determinação expressa no estatuto da entidade.

§ 4º- Da Comissão Eleitoral:

I- A Diretoria Executiva da Ascema Nacional nomeará três representantes da comissão eleitoral, indicando um presidente que conduzirá os trabalhos da comissão.

II- Caberá a Comissão eleitoral organizar todo processo eleitoral no IX CONASCEMA: Apresentar regimento interno, recepção das inscrições e homologação das chapas, condução da eleição nominal e relatoria dos resultados por meio de ata.

• CAPÍTULO VI DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Art. 14 Nas votações das Plenárias os delegados manifestarão seu voto por meio de seus crachás.

Art. 15 As deliberações nas Plenárias serão tomadas por maioria simples.

Art. 16 Durante os processos de votação não serão permitidas questões de ordem ou de encaminhamentos.



CAPÍTULO VII

DO ORDENAMENTO DAS PLENÁRIAS

Art. 17 As mesas diretoras de cada Plenária serão formadas por 01 coordenador e 02 secretários, indicados pela Comissão Organizadora e, posteriormente, submetidos à aprovação da respectiva plenária.

Art. 18 Cabe à mesa diretora conduzir os trabalhos, orientando e organizando as apresentações de propostas e processos de votação, assim como, conceder ou não questões de ordem, encaminhamento e/ou esclarecimento.

§ 1º- Não é permitido ao delegado solicitar questões relacionadas no *caput* deste artigo para fazer outras intervenções, senão o que de fato for objeto de solicitação à mesa.

§ 2º- O encaminhamento da mesa será sempre prioritário, entretanto, quando existir um impasse na mesa ou entre a mesa e outro delegado, a Plenária decidirá qual o encaminhamento mais adequado.

§ 3º- As declarações de voto só serão permitidas nas votações de mérito por aqueles que se abstiverem durante a votação.

§ 4º- O tempo para declaração de voto será sempre de 01 minuto, ou se preferir por escrito e encaminhada à mesa, que fará a leitura.

Art. 19 O tempo de intervenção dos delegados nas Plenárias será de 03 minutos. Caso a Plenária não se sinta devidamente esclarecida é facultado à mesa abrir novas intervenções para defesa.

CAPÍTULO VIII

DO QUORUM DAS PLENÁRIAS

Art. 20 Para a instalação das Plenárias é necessário o quórum de 50% mais um dos delegados credenciados ao IX CONASCEMA.

CAPÍTULO IX

DA PROGRAMAÇÃO DO IX CONASCEMA

Art. 21 A Programação do IX CONASCEMA consta do anexo deste Regimento Interno, podendo ocorrer quaisquer alterações em seus horários em função da dinâmica dos trabalhos, desde que mantida a centralidade na pauta apresentada para discussão.

CAPÍTULO X

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 22 Os casos omissos neste Regimento Interno deverão ser analisados pela Comissão Organizadora e submetidos às Plenárias.